

REFLEXÃO SOBRE A TRAJETÓRIA FORMATIVA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA INTERFACE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Dayane da Silva Ramos¹
Arthur Vinícius Campos Lacerda da Silva²
Andréa Silva do Nascimento³

RESUMO

Este trabalho reflete sobre a trajetória formativa dos alunos com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto da modalidade educação profissional. Assim, parte-se do relato de experiências de dois estudantes do curso de Licenciatura em Química que exercem a atividade da monitoria acadêmica, destinada à mediação do processo ensino-aprendizagem. Com isso, considera-se um lócus privilegiado de análise das práticas pedagógicas relacionadas a esta necessidade específica. Assim, pressupõe-se que o cenário educacional ainda é influenciado por compreensões normativas que restringem e limitam a pessoa ao diagnóstico de ‘eterna criança’. Portanto, a inclusão de alunos com deficiência intelectual requer um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor, onde as potencialidades individuais sejam valorizadas, observando o desenvolvimento do aluno em relação ao seu meio de convívio social através do respeito às diferenças e sua participação ativa. Pelo exposto, é importante debater a respeito dos modelos sociais e educacionais vigentes na atualidade que influenciam na construção de conceitos e crenças sobre as pessoas com deficiência. Para isso, é importante o questionamento sobre o modo tradicional de lecionar para estes alunos e a formação inicial e continuada de professores em relação à educação especial inclusiva, bem como o uso de recursos didáticos específicos. Considera-se, deste modo, o uso de: a) tecnologias assistivas; b) adaptações curriculares de grande e pequeno porte; c) metodologias ativas de aprendizagem objetivando mediar o aprendizado e a interação dos alunos, público alvo da educação especial na perspectiva inclusiva. Desta forma, este trabalho destaca a importância de atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência intelectual, o que inclui: a simplificação dos conceitos mais complexos, quando necessária; a utilização de linguagem mais acessível e a criação de atividades que permitam aos alunos explorar conceitos básicos de Química de forma lúdica, contextualizada e interativa.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Educação Especial Inclusiva; Educação de Jovens e Adultos (EJA); Mediação do processo de ensino-aprendizagem.

¹ Licencianda em Química no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) - quimicadayaneros@gmail.com

² Licenciando em Química no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) - lacerda.arthurr@gmail.com

³ Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana/ UERJ. Especialista em Educação Especial (UCB) Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/ campus Duque de Caxias e Coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do IFRJ/ CDUC, andrea.nascimento@ifrj.edu.br.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial, modalidade da educação escolar prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, desempenha um papel relevante na promoção da inclusão e na garantia de oportunidades educacionais para todos, independentemente de suas habilidades e/ou necessidades específicas. Este campo da educação visa atender às demandas únicas de alunos com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades/ superdotação e/ ou outras necessidades específicas relacionadas a transtornos específicos de aprendizagem. Assim, busca-se garantir o apoio necessário para desenvolver todo o seu potencial.

A inclusão busca inserir os alunos acima referidos em ambientes de aprendizagem em salas de aula regulares, preferencialmente. Isso não apenas beneficia os alunos com deficiências, proporcionando-lhes interações sociais valiosas, mas também enriquecendo a experiência educacional de toda a comunidade escolar.

As práticas pedagógicas na Educação Especial Inclusiva são diversas e adaptáveis, visando atender às necessidades individuais de cada aluno. Em síntese, a atividade de mediação escolar, realizada através do programa de monitoria acadêmica gerido pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no Instituto Federal do Rio de Janeiro, campus Duque de Caxias, desempenha uma ação que visa a concretização dos princípios do direito à educação. O objetivo principal da atividade de mediação escolar, via monitoria acadêmica, é proporcionar suporte individualizado aos estudantes com deficiências e necessidades específicas. Isso engloba desde a adaptação de materiais didáticos até a implementação de estratégias pedagógicas que atendam às suas particularidades. A mediação busca não apenas superar desafios relacionados às deficiências, mas também potencializar as habilidades e talentos de cada estudante.

No cenário atual, 2 alunos mediadores-monitores do curso de licenciatura em Química campus Duque de Caxias atuam no desafio das práticas educacionais que buscam transcender barreiras atitudinais e metodológicas, reconhecendo as potencialidades individuais de um estudante diagnosticado com deficiência intelectual.

Nesse contexto, ao analisar a integração de alunos com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos (EJA), torna-se crucial compreender quais estratégias pedagógicas devem ser implementadas para possibilitar a assimilação do conhecimento, levando em consideração as características individuais de cada estudante e suas expectativas no processo de ensino e aprendizagem. Uma abordagem viável para atender a essas necessidades é a adaptação curricular, concebida da seguinte maneira:

(...) respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: o acesso ao currículo; a participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; a consideração e o atendimento de suas peculiaridades e necessidades especiais, no processo de elaboração: 1. do Plano Municipal de Educação; 2. do Projeto Pedagógico da Unidade Escolar; 3. do Plano de Ensino do Professor. (ARANHA, 2000, p. 9)

Pelo exposto, ao refletir sobre esse contexto, torna-se evidente a necessidade de compreender as nuances dessa trajetória, considerando não apenas os desafios, mas também as oportunidades para a construção de um ambiente educacional inclusivo e enriquecedor. Esta reflexão visa explorar as interseções entre a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e a inclusão de alunos com deficiência intelectual. A interface entre esses elementos oferece uma perspectiva única para repensar práticas pedagógicas, abraçar a diversidade e proporcionar oportunidades igualitárias de aprendizado e desenvolvimento.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A Educação para Jovens e Adultos (EJA) ofertada pelo IFRJ é destinada àqueles que desejam realizar o ensino médio integrado com uma formação profissional. Atualmente, o curso oferecido no *campus* Duque de Caxias é o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática.

O curso tem duração de 3 anos e todo aluno recebe um auxílio permanência mensal dada a frequência mínima de 75% e a realização de suas atividades, além do Riocard para o uso de transporte gratuito. Para estudar neste curso é necessário, além de submissão a processo seletivo, ter o ensino fundamental completo e ser maior de 18 anos no ato da matrícula.

No atual curso, a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é realizada trazendo os suportes necessários a um aluno com deficiência e/ou outras necessidades específicas, neste relato de experiência, a deficiência

intelectual. Desse modo, é possível destacar a recomendação de Pimenta (2005, p. 18) no que se refere à formação da identidade do professor:

Espera-se, pois, que mobilize os conhecimentos da teoria da educação e da didática necessários à compreensão do ensino como realidade social, e que desenvolva neles a capacidade de investigar a própria atividade para, a partir dela, construir e transformarem os seus saberes-fazer docente, num processo contínuo de construção de suas identidades como professores.

Considerando as palavras de Pimenta (2005), um educador que reconhece o ensino como uma construção social perceberá, no caso da atuação que busca a inclusão de aluno com deficiência intelectual, que este possui uma identidade e uma cultura que não se limitam apenas à cultura convencional nem mesmo ao seu diagnóstico. Nesse contexto, refletir sobre sua prática implica buscar constantemente a construção da identidade do aluno, o que, por sua vez, se traduz em um compromisso ativo com a abordagem inclusiva.

No relato atual de experiência, focalizamos a trajetória de um aluno com deficiência intelectual ao longo de três períodos da EJA. Assim, observamos tanto aspectos que permeiam sua educação bem como a colaboração da experiência na formação de professores. O aluno demonstra autonomia em diversas atividades, e se sente confortável com a presença e apoio dos mediadores, resultado do tempo de mediação. No entanto, persistem desafios em proporcionar atividades eficazes, ressaltando a necessidade de se investir na formação continuada de professores sobre metodologias e materiais adaptados.

Segundo Mousinho (*et al.* 2010, p.4), o mediador é aquele que no processo de aprendizagem favorece a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para os seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação recebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios sejam aplicados às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo o desenvolvimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico é possível inicialmente destacar Mousinho. Em seu trabalho publicado em 2010, *Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões*, destaca a importância da mediação escolar e seu papel. Pois,

A principal função do mediador é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depare com dificuldades de interpretação e ação. Logo, o mediador pode atuar como intermediário nas questões sociais e de comportamento,

na comunicação e linguagem, nas atividades e/ou brincadeiras escolares, e nas atividades dirigidas e/ou pedagógicas na escola. (Mousinho, 2010, página 95).

No caso em específico, a principal função do mediador é contribuir para a quebra de barreiras metodológicas e atitudinais, possibilitando o processo de aprendizagem de adultos com deficiência intelectual e sua consequente adultização. Dessa forma, a educação especial inclusiva é um campo multidisciplinar que visa atender às necessidades educacionais de alunos com diferentes habilidades, contextos e desafios.

A efetiva inclusão escolar enfatiza a importância de criar ambientes educacionais que acolham e atendam às necessidades de todos os alunos, independentemente das habilidades ou limitações, e propõe práticas pedagógicas que promovam a participação ativa do aluno, a interação e a aprendizagem de forma equitativa. Logo, o papel do mediador escolar se torna também parte do apoio aos professores em sala de aula com as atividades e trabalhos de adaptação individualizada, a fim de permitir que os professores ganhem tempo com as demais atividades do dia a dia (Mousinho, 2010).

Em se tratando de deficiência intelectual, a abordagem teórica do presente relato refere-se à perspectiva sociocultural, inspirada em Vigotski e explicitada por Dias e Oliveira (2013). Assim, seguindo as autoras, considera-se que a deficiência não seja estática ou algo em si, considerando as formações enriquecidas por atividades que levem o sujeito a novos desafios de aprendizagem.

Ainda na perspectiva sociocultural, a deficiência deixa de ser uma condição restritiva e passa a ser uma possibilidade de desenvolvimento que se constrói no entrelaçamento dialético entre as condições ambientais, histórico-culturais e as condições subjetivas da pessoa que um dia recebeu o diagnóstico de deficiência intelectual. (Dias e Oliveira, 2013, p. 179)

Pelo exposto, as autoras mencionam que: exposição empobrecida aos bens culturais, baixo suporte afetivo restringem a pessoa à sua deficiência, colocando-a como definidora de subjetividades. Na esteira desta concepção, o papel da educação, em particular, da educação formal em classes regulares adquire relevância.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa configura-se como um relato de experiência de dois monitores/mediadores escolares em um Instituto Federal do Rio de Janeiro, localizado na

região da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Este processo de mediar se deu com a possibilidade oferecida pelo próprio instituto através de uma seleção no qual admitem alunos do curso de licenciatura, dentro de um modelo de monitoria acadêmica remunerada, para apoio às atividades de suporte aos alunos com deficiência e/ou necessidades específicas.

Este trabalho ocorreu por meio de observação direta e participativa, devido à realidade dos fatos dentro do cotidiano ao qual o objeto de estudo se encontrava: a mediação escolar como fator de inclusão no contexto da educação básica, técnica e tecnológica. A participação dos monitores em toda esta dinâmica possibilitou perceber os avanços das experiências de sua formação, bem como o desenvolvimento da autoestima e participação do estudante nas atividades da instituição.

A atividade dos mediadores é dividida em 3 turnos (cada mediador) nos quais vivenciam diversas disciplinas junto ao aluno em sala de aula. De forma geral, é possível destacar os avanços da quebra de barreiras e sua participação ativa em todas as disciplinas.

Inicialmente, no contexto da sala de aula, a relação aluno com alguns professores carecia de maior estreitamento e o tempo se tornava curto devido à quantidade de conteúdos a serem ministrados. Houve a demanda de adaptação dos materiais didáticos e, junto à formação pedagógica recebida, que faz parte da carga horária da monitoria acadêmica, os mediadores auxiliaram os docentes, estabelecendo uma parceria de atuação para promover uma educação efetivamente inclusiva.

Investimentos voltados para a adaptação da infraestrutura, disponibilização de recursos especializados e desenvolvimento profissional contínuo para educadores são medidas fundamentais para estabelecer ambientes educacionais mais inclusivos. Paralelamente, é imperativo promover a conscientização e a educação sobre a diversidade, visando eliminar os preconceitos e estereótipos que possam prejudicar a plena inclusão dos alunos com deficiência.

Diante dos desafios persistentes, é urgente que os sistemas educacionais e as comunidades escolares se comprometam com a implementação de práticas inclusivas. Tal compromisso assegura que todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas, tenham acesso equitativo a uma educação de qualidade. Essa abordagem não apenas beneficia os alunos com deficiência, mas também enriquece a diversidade e a dinâmica do ambiente escolar de forma mais abrangente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou a importância de redefinir práticas educacionais para alunos com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no contexto da educação profissional. Ao considerar as experiências de monitoria acadêmica de alunos de Licenciatura em Química, foi possível vislumbrar um cenário educacional permeado por desafios e oportunidades.

Destaca-se a necessidade premente de reavaliar paradigmas educacionais que restringem alunos com deficiência intelectual ao estigma de eternas crianças. A inclusão efetiva exige um ambiente escolar que promova não apenas a aceitação, mas também valorize as capacidades individuais destes estudantes. Isso implica na criação de estratégias pedagógicas inclusivas que atendam às necessidades específicas de cada aluno, respeitando suas diferenças e fomentando sua participação ativa na comunidade escolar.

Além disso, ressalta-se a importância da formação inicial e continuada de professores na educação especial inclusiva e no uso de recursos didáticos adaptados, tecnologias assistivas, adaptações curriculares e metodologias ativas de ensino, onde emergem como ferramentas fundamentais para propiciar um ambiente de aprendizado acessível e inclusivo para alunos com deficiência intelectual.

Em suma, urge a necessidade de superar obstáculos, rever conceitos, fomentar a sensibilização sobre a diversidade e promover práticas inclusivas nas escolas de EJA, garantindo a todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas, acesso igualitário a uma educação de qualidade. Essa abordagem não apenas beneficia os alunos com deficiência intelectual, mas enriquece a dinâmica educacional e contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e diversificada.

AGRADECIMENTOS

Ao IFRJ/ Campus Duque de Caxias pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Adaptações curriculares de pequeno porte. Projeto Escola Viva - garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades educacionais especiais. 16 p. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, MEC/SEE. Brasília: 2000. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000448.pdf>. Acesso em: 09 de dezembro de 2023.



BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

DIAS, Sueli de Souza; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; Deficiência Intelectual na Perspectiva Histórico Histórico-Cultural Cultural: Contribuições Contribuições ao Estudo do Desenvolvimento Adulto. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n.2, p. 169-182, Abr.-Jun., 2013.

MOUSINHO, Renata et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. Revista Psicopedagogia, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). Saberes pedagógicos e atividades docentes. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005